

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 536.561 - SC (2019/0294013-1)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : WALTER NASCIMENTO GIL
ADVOGADO : WALTER NASCIMENTO GIL E OUTRO(S) - SC048383
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : ADEMIR NASCIMENTO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de ADEMIR NASCIMENTO, apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Consta dos autos que o Juízo da Vara de Execuções Penais da Comarca de Itajaí/SC indeferiu novo pedido de prisão domiciliar formulado em favor do paciente.

Impetrado *writ*, objetivando a imediata modificação na forma de cumprimento de prisão, o Tribunal de origem, por meio de decisão monocrática do Desembargador Relator, não conheceu do *habeas corpus*.

Daí o presente *writ*, em que o impetrante sustenta que o paciente sofre constrangimento ilegal, em razão de encontrar-se na unidade prisional desde o dia 06/09/2019 sem receber o tratamento médico necessário.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja determinada a imediata prisão domiciliar do paciente, mediante imposição de medidas diversa da prisão.

É o relatório.

Decido.

Consoante relatado, o presente *writ* foi impetrado em face de decisão monocrática que não conheceu do *habeas corpus* originário, não tendo sido submetido à análise do órgão colegiado competente.

Inexistindo, portanto, o esgotamento da instância de origem, descabe, a esta Corte Superior, a apreciação do pedido, sob pena de indevida supressão de instância. Nesse sentido:

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS* NO TRIBUNAL DE ORIGEM. DECISÃO UNIPESSOAL DE DESEMBARGADOR NÃO CONHECENDO DO WRIT. FALTA DE ESGOTAMENTO DA INSTÂNCIA. NÃO CONHECIMENTO DA SÚPLICA NESTE STJ. PRECEDENTES. PRONÚNCIA. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. JUÍZO DE RETRATAÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO

Superior Tribunal de Justiça

INSUFICIENTE. NULIDADE. AUSÊNCIA.

1 - Em que pese ser o *habeas corpus* via impugnativa e autônoma, tem suas hipóteses de cabimento na Constituição Federal, de modo que esta Corte Superior não tem competência para todo e qualquer pedido de constrangimento ilegal apresentado por meio do *writ*. Decisão singular de desembargador não se enquadra como ato coator de "tribunal". É preciso esgotar a instância ordinária por meio de agravo regimental.

2 - A decisão proferida em sede de juízo de retratação, por ocasião da interposição do recurso em sentido estrito, não necessita ser minuciosamente fundamentada, não existindo nulidade no caso em análise. Precedentes deste Superior Tribunal de Justiça.

3 - Agravo regimental não provido. (AgRg no HC 401079/SP, Relator(a) Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 12/12/2017).

AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. INDEFERIMENTO LIMINAR. ART. 210 DO RISTJ. ORDEM IMPETRADA CONTRA DECISÃO SINGULAR DE DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INCOMPETÊNCIA DESTE SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO DESPROVIDO.

- Compete ao Superior Tribunal de Justiça apreciar *habeas corpus* impetrado nas hipóteses em que a autoridade coatora ou o paciente estejam indicados no art. 105, inciso I, alíneas a e c, da Constituição Federal.

- No caso, o *writ* foi impetrado contra decisão monocrática proferida por relator no Tribunal de origem, a qual não foi impugnada por recurso cabível, objetivando submeter a decisão à apreciação do órgão colegiado. Uma vez não esgotada a instância ordinária, é manifesta, portanto, a supressão de instância. Precedentes do STJ e do STF.

- Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC 332.057/BA, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 15/03/2016, DJe 28/03/2016).

Ante o exposto, indefiro liminarmente o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator